



**Projeto de Lei 017 /2024**

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.**

O Prefeito Municipal de Martinho Campos, MG, no uso de suas atribuições legais submete à apreciação, discussão e votação pela Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e na Lei Orgânica Municipal as diretrizes orçamentárias do Município para 2025, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VI – as disposições gerais.

**CAPÍTULO I  
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - Constituem prioridades e metas da administração pública municipal a serem priorizadas na proposta orçamentária para 2025, em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição da República, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária para 2025, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, as metas fiscais determinadas nos anexos que compõem essa lei.

Wilson Corrêa Alves Alonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34

**CAPÍTULO II  
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**



Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – Atividade: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e,

IV – Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

Art. 4º - O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme, a seguir, discriminados:

I – pessoal e encargos sociais;

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



- II – juros e encargos da dívida;
- III – outras despesas correntes;
- IV – investimentos;
- V – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição; e,
- VI – amortização da dívida.

Art. 5º - O orçamento compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos, Autarquias, inclusive especiais, e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 6º - A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

- I – à concessão de subvenções sociais e econômicas;
- II – ao pagamento de precatórios judiciais, e,
- III – as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, e a respectiva lei, será constituído de:

- I – mensagem;
- I – texto da lei;
- II – quadros orçamentários consolidados;
- III – anexos do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV – discriminação da legislação da receita.

§ 1º - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

- I – evolução da receita segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição da República;
- II – evolução da despesa segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;
- III – resumo das receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;



IV – resumo das despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

V – receita e despesa, do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964;

VI – receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320/1964;

VII – despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa;

VIII – despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;

IX – programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição da República, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

X – programação referente às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

Art. 8º - O Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de julho de 2024, sua respectiva proposta orçamentária, através de ofício, para fins de consolidação no projeto de lei orçamentária do Município.

Art. 9º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

## **CAPÍTULO III** **DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E** **SUAS ALTERAÇÕES**

### **Seção I** **Das Diretrizes Gerais**

Art. 10 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2025 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



Parágrafo único - Serão divulgados na Internet, ao menos:

I – pelo Poder Executivo, informações relativas à elaboração do projeto de lei orçamentária:

a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) a proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares;

Art. 11 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2025 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário.

Art. 12 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2022/2025, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 13 - O Poder Legislativo terá como limite das despesas correntes e de capital em 2025, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o somatório da receita tributária e das transferências constitucionais, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.

Art. 14 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15 - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

Art. 16 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101 de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o inciso II do *caput* do art. 36 desta Lei.

Art. 17 - Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com:

I – celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II – sindicatos, clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

III – pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmado com órgãos ou entidades de direito público ou privado;

Art. 18 - Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito correspondente ao montante da despesa de capital.

Art. 19 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II – sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República, no art. 61 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

IV – sejam declaradas de utilidade pública pelo Município.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



**Art. 20** - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios e/ou contribuições" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas em um dos seguintes Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social;

III – Associações microrregionais;

IV - Consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública, e que participem da execução de programas nacionais de saúde;

V – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Parágrafo único - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I – publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, revendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente, exceto no caso do inciso III do *caput* deste artigo; e,

III – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

**Art. 21** - A execução das ações de que tratam os arts. 19 e 20 fica condicionada à autorização específica exigida pelo *caput* do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Art. 22** - A proposta orçamentária deverá conter reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, cinco por cento da receita corrente líquida.



**Art. 23** - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

**§ 1º** - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

**§ 2º** - Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados, na lei orçamentária, serão acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

**§ 3º** - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

**§ 4º** - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Poder Legislativo por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

**§ 5º** - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

**§ 6º** - A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado ao novo órgão.

**§ 7º** - A lei orçamentária será detalhada até a modalidade de aplicação e a criação de elemento de despesa, desde que não haja novos programas e/ou ações, será realizada por meio de ato administrativo.

**§ 8º** - O remanejamento de fontes não impactará o limite percentual de suplementação autorizado na Lei Orçamentária Anual.

Wiliam Corrêa Alves Afonso de Carvalho ·  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



## **CAPÍTULO IV**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 24** - O Poder Executivo fará publicar até 31 de agosto de 2024, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

**Art. 25** - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa da folha de pagamento de 2024, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos federais.

**Parágrafo único.** Os valores correspondentes ao reajuste geral de pessoal referido no *caput* constarão de previsão orçamentária específica, observado o limite do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 26** - Para efeito de cálculo dos limites de despesa total com pessoal, por Poder e órgão, previstos na Lei Complementar 101/2000, o Poder Executivo colocará à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme previsto no § 2º do art. 59 da citada Lei Complementar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre ou semestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida.

**Art. 27.** No exercício de 2025, observado o disposto no art. 169 da Constituição da República, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – existirem cargos vagos a preencher;

II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III – for observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 28** - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição da República, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, nos termos do inciso



IX, do art. 37 da Constituição da República, constantes de anexo específico do projeto de lei orçamentária, observado o disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 29** - No exercício de 2025, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento do limite referido no art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, exceto nos casos previstos na orgânica do município, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

**Parágrafo único** - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência da Secretaria de Administração.

**Art. 30** - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

**Parágrafo único** - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam assessorias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente.

**Art. 31** - No mês de janeiro, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais deverá ser empenhada por estimativa para todo o exercício, observado o limite da dotação constante da Lei Orçamentária.

**§ 1º** Na estimativa de que trata o “*caput*”, é vedada a inclusão de qualquer despesa que não seja com a folha normal.

**§ 2º** Para efeito deste artigo, a folha normal compreende as despesas com remuneração do mês de referência, décimo terceiro salário, férias, abono de férias e outras vantagens pecuniárias, previstas na Lei Orçamentária.

**§ 3º** - O pagamento de despesas não previstos na folha normal somente poderá ser efetuado em folha complementar, condicionado à existência de prévia e suficiente dotação orçamentária.

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



Art. 32 - As dotações remanescentes da aplicação do disposto no artigo anterior, identificado pela Secretaria da Fazenda, poderão ser remanejadas, inclusive para outros órgãos, observados os limites autorizados na Lei Orçamentária.

Parágrafo único - As dotações mencionadas no “caput” somente poderão ser redistribuídas para outro órgão mediante autorização do Prefeito Municipal.

Art. 33 - Os órgãos setoriais de orçamento ou equivalentes indicarão à Secretaria da Fazenda as dotações que deverão ser canceladas, bem como os limites a serem reduzidos, para abertura de créditos adicionais, destinados ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais, sempre que for identificada insuficiência de recursos nestas dotações.

## **CAPÍTULO V**

### **DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR**

Art. 34 - Poderão ser inscritas em “Restos a Pagar” as despesas efetivamente realizadas bem como as não processadas que venham a ser realizadas no exercício seguinte.

§ 1º - Considera-se efetivamente realizada a despesa em que o bem tenha sido entregue ou o serviço tenha sido executado.

§ 2º - Os saldos de dotações referentes às despesas não processadas que não terão sua efetiva realização no exercício seguinte deverão ser anulados.

§ 3º - Havendo interesse da Administração, as despesas mencionadas no parágrafo anterior poderão ser empenhadas, até o montante dos saldos anulados, à conta do orçamento do exercício seguinte, observada a mesma classificação orçamentária.

§ 4º - Os órgãos de contabilidade analítica anularão os saldos de empenhos que não se enquadrem no disposto neste artigo, quando as anulações não houverem sido efetivadas pelo ordenador de despesas.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 35 - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



Parágrafo único - Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 36 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

## **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 37 - O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 38 - Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e do previsto no art. 11 desta Lei, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 2º - Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do *caput*, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.



**Art. 39** - Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

**Art. 40** - Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros, conterão obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

**Art. 41** - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

**Art. 42** - Para efeito da Lei Complementar nº 101/2000, no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

**Art. 43** - Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2024, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.

**§ 1º** - Os atos de que trata o *caput* conterão cronogramas de pagamentos mensais à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, por órgão, contemplando limites para a execução de despesas não financeiras.

**§ 2º** - No caso do Poder Executivo, o ato referido no *caput* e os que o modificarem conterá:

I – metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita e por fonte de recursos;

**§ 3º** - Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo, terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

**Art. 44** - Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento ao Poder Legislativo a data de 30 de dezembro.



**Art. 45** - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**§ 1º** - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades, e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

**§ 2º** - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar as fontes de recursos discriminadas na Lei Orçamentária Anual para execução de determinado elemento de despesa, não configurando a abertura de crédito adicional, nos termos da Consulta nº 958.027, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Art. 46** - Se o projeto de lei orçamentária não for devolvido com autógrafos pelo Presidente da Câmara até 31 de dezembro de 2024, para sanção do Prefeito Municipal, a programação dele constante poderá ser executada até o limite de um doze avos de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal.

**Art. 47** - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

**Art. 48** - A abertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal.

**Art. 49** - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**Art. 50** - Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no §3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite estabelecido no artigo 75, incisos I e II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores.

**Art. 51** - As transferências de recursos do Município, consignados na Lei Orçamentária Anual, à União, Estados e a outros Municípios a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas mediante convênio, acordo ou instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



Art. 52 - Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterarem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito suplementar e especial, com prévia específica autorização legislativa, nos termos do § 8º do art. 166 da Constituição da República.

Art. 53 - Integram esta lei, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, anexos de Metas Fiscais.

Art. 54 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Martinho Campos/MG, 24 de maio de 2024

*Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho*  
**WILSON CORRÊA ALVES AFONSO DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal



**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º , inciso II da LRF  
  
 Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

**Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias**

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA				ORÇADA		PREVISÃO	
	2022	2023	2024	2025	2026	2027		
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa da Receita Principal	0,00	0,00	150,00	154,80	159,75	164,55	
1.1.2.1.01.0.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multa e Juros da Dívida Ativa da Receita Principal	0,00	0,00	61.200,00	63.158,40	65.179,47	67.134,85	
1.1.2.1.02.0.0	<b>TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES</b>							
1.1.2.1.02.1.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitalis - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.1.02.1.2	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitalis - Multa e Juros da Receita Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.1.02.1.3	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitalis - Dívida Ativa da Receita Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.1.02.1.4	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitalis - Multa e Juros da Dívida Ativa da Receita Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.1.02.2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitalis - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.1.02.2.2	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitalis - Multa e Juros da Receita Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.1.02.2.3	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitalis - Dívida Ativa da Receita Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.1.02.2.4	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitalis - Multa e Juros da Dívida Ativa da Receita Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.1.03.0.0	<b>TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS</b>							
1.1.2.1.03.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.1.03.0.2	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Multa e Juros da Receita Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.1.03.0.3	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Dívida Ativa da Receita Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.1.03.0.4	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Multa e Juros da Dívida Ativa da Receita Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.1.04.0.0	<b>TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL</b>							
1.1.2.1.04.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.1.04.0.2	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multa e Juros da Receita Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.1.04.0.3	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa da Receita Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.1.04.0.4	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multa e Juros da Dívida Ativa da Receita Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.2.00.0.0	<b>TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>							
1.1.2.2.01.0.0	<b>TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL</b>							
1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	7.649,85	4.992,53	20.000,00	20.640,00	21.300,48	21.939,49	
1.1.2.2.01.0.2	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multa e Juros da Receita Principal	7.486,42	3.608,14	20.000,00	20.640,00	21.300,48	21.939,49	
1.1.2.2.01.0.3	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa da Receita Principal	163,43	1.384,39	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2.2.01.0.4	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multa e Juros da Dívida Ativa da Receita Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Wissuri Corrêa Alves Afonso de Carvalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	<i>José Leite Góes da Silva</i>	<i>Assinatura</i>	<i>Assinatura</i>	<i>Assinatura</i>	<i>Assinatura</i>	<i>Assinatura</i>	<i>Assinatura</i>	
	Prévia Municipal							
	Confidencial - CFC-MG-14-0334-5							
	Destinatário: Martinho Campos							
	CPF: 522.977.648-34							



**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**

**Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias**

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF



Página: 4 de 10

EXERCÍCIO: - 2025

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
1.7.1.1.00.0 TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	20.771.954,76	24.526.526,27	32.860.000,00	33.705.120,00	34.783.683,84	35.827.194,36
1.7.1.1.51.0 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	20.573.859,69	24.339.166,97	32.500.000,00	34.613.280,00	35.651.678,40	
Cola-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	18.972.722,95	23.274.632,25	30.000.000,00	31.950.720,00	32.909.241,60	
Cola-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal	1.601.136,74	1.064.534,72	2.500.000,00	2.662.560,00	2.742.436,80	
1.7.1.1.51.2 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	198.095,07	187.359,30	160.000,00	165.120,00	170.403,84	175.515,96
Cola-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	198.095,07	187.359,30	160.000,00	165.120,00	170.403,84	175.515,96
1.7.1.2.00.0 TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	763.968,69	486.521,30	89.147,98	92.000,72	94.944,74	97.793,08
1.7.1.2.50.0 COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HIDRÍCOOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.2.50.0.1 Cola-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.2.51.0 COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	7.844,14	12.793,83	19.147,98	19.760,72	20.393,06	21.004,85
1.7.1.2.51.0.1 Cola-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal	7.844,14	12.793,83	19.147,98	19.760,72	20.393,06	21.004,85
1.7.1.2.52.0 COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	455.897,10	473.727,47	70.000,00	72.240,00	74.551,68	76.788,23
1.7.1.2.52.4.1 Cola-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	455.897,10	473.727,47	70.000,00	72.240,00	74.551,68	76.788,23
1.7.1.2.98.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	300.225,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.2.98.0.1 Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - Principal	300.225,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.00.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	5.406.816,05	4.251.643,99	3.336.623,76	3.443.395,72	3.553.584,39	3.680.191,91
1.7.1.3.50.0 REPASSE FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	5.406.816,05	4.001.648,99	3.336.623,76	3.443.395,72	3.553.584,39	3.680.191,91
1.7.1.3.50.1.1 Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal	4.991.884,42	3.442.038,48	3.238.012,68	3.241.629,09	3.448.561,22	3.552.018,05
1.7.1.3.50.2.1 Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal	0,00	127.446,57	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.3.1 Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - Principal	297.147,19	299.539,78	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.4.1 Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - Principal	116.387,52	125.985,94	98.611,08	101.766,63	105.023,17	108.173,86
1.7.1.3.50.5.1 Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS - Principal	1.396,92	6.638,22	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.9.1 Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.51.0.0 TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSE FUNDO A FUNDO - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	249.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeitura Municipal  
CNPJ: 522.977.646-34

José Vilela Carvalho Silva  
Contador - CFC-MG 119.423/0-5  
Poder Executivo - Município de Martinho Campos



Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**

**Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias**

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
1.7.1.3.51.1.1 Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Alento Primária - Principal	0,00	249.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.00.0 DA EDUCACÃO - FNDE?	750.939,31	958.714,69	1.035.267,08	1.068.395,62	1.102.584,28	1.135.661,82
1.7.1.4.50.0.0 TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	500.601,22	600.574,44	644.458,27	665.080,93	686.363,52	706.954,43
1.7.1.4.50.0.1 Transferências do Salário-Educação - Principal	500.601,22	600.574,44	644.458,27	665.080,93	686.363,52	706.954,43
1.7.1.4.51.0.0 TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.51.0.1 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.52.0.0 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNae	161.167,00	236.541,81	335.728,81	346.472,13	357.559,24	368.286,02
1.7.1.4.52.0.1 Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNae - Principal	161.167,00	236.541,81	335.728,81	346.472,13	357.559,24	368.286,02
1.7.1.4.53.0.0 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR – PNATE	19.500,21	4.188,94	55.080,00	56.842,56	58.661,52	60.421,37
1.7.1.4.53.0.1 Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal	19.500,21	4.188,94	55.080,00	56.842,56	58.661,52	60.421,37
1.7.1.4.54.0.0 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.54.2.1 Transferências referentes ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.55.0.0 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO - PBA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.55.0.1 Transferências referentes ao Programa Brasil Alfabetizado - PBA - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.56.0.0 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA DE APOIO AOS SISTEMAS DE ENSINO PARA ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PEJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.56.0.1 Transferências referentes ao Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.99.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE	69.670,88	117.409,50	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.99.0.1 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE - Principal	69.670,88	117.409,50	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.5.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB	64.172,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.5.50.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT	64.172,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.5.50.0.1 Transferências de Complementação da União ao Fundeb - VAAT - Principal	64.172,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.6.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	941.872,99	226.713,48	275.328,18	284.138,68	293.231,12	302.028,05

José Luiz Cristina da Silva  
Assessoria Técnica - FETEC-MG 119.023/0-5

Wiliam Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 527.977.86-34











**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**

**Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias**

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

Página: 10 de 10

EXERCÍCIO: - 2025

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
92.1.1.1.2.53.0.1 Rescisão de Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos	0,00	-23.157,70	0,00	0,00	0,00	0,00
95.0.0.0.0.0.0.0 DEDUÇÕES DE FUNDEB	-7.016.587,23	-8.174.170,22	-10.164.000,00	-10.489.248,00	-10.824.903,94	-11.149.651,06
95.1.7.1.1.51.1.1 Dedição da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-3.766.545,68	-4.656.291,19	-6.000.000,00	-6.192.000,00	-6.380.144,00	-6.581.848,32
95.1.7.1.1.52.0.1 Dedução da Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-39.618,88	-37.471,70	-32.000,00	-33.024,00	-34.080,77	-35.103,19
95.1.7.1.9.61.0.1 Dedução do Auxílio Financeiro - Outroga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Principal	-15.454,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95.1.7.2.1.50.0.1 Dedução da Cota-Parte do ICMS - Principal	-2.624.156,03	-2.630.086,99	-3.300.000,00	-3.405.600,00	-3.514.579,20	-3.620.016,58
95.1.7.2.1.51.0.1 Deduções Da Cota-partida Do Ipi - Principal	-541.287,89	-624.782,86	-800.000,00	-825.600,00	-852.019,20	-877.579,78
95.1.7.2.1.52.0.1 Deduções Da Cota-partida Do Ipi - Municípios - Principal	-29.524,66	-25.557,48	-32.000,00	-33.024,00	-34.080,77	-35.103,19
98.0.0.0.0.0.0 DEDUÇÕES DE RETIFICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98.1.1.2.53.0.1 Retificação de Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98.1.1.1.4.51.1.1 Retificação de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	63.100.978,79	64.303.822,79	72.86.035,48	74.500.000,00	76.900.000,00	79.200.000,00

Wilson Corrêa Alves Alves de Carvalho

Prefeito Municipal

Wilson Corrêa Alves Alves de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34

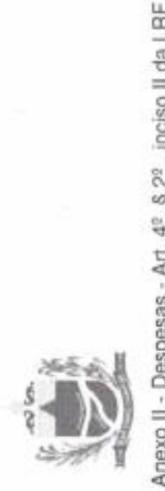
Joséle Cristina da Silva

Assessor de Contabilidade 119423/0-5  
Contador - C.R.C/MG 119.423/0-5  
Praça Nossa Senhora das Graças, 100 - Centro  
Bragança Paulista - SP - 13200-000

Josele Cristina da Silva  
Assessor de Contabilidade 119423/0-5  
Contador - C.R.C/MG 119.423/0-5  
Praça Nossa Senhora das Graças, 100 - Centro  
Bragança Paulista - SP - 13200-000



**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**



Anexo II - Despesas - Art. 4º, § 2º , inciso II da LRF

Página: 2 de 2

EXERCÍCIO : 2025

**Anexo II - Despesas - Lei de Diretrizes Orçamentárias**

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA			ORÇADA		PREVISÃO	
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	
3.3.90.91.00	96.346,64	12.030,20	51.902,42	53.563,30	55.277,32	56.935,64	
3.3.90.92.00	770,67	63,09	500,00	516,00	532,51	548,49	
3.3.90.93.00	298.283,96	120.415,17	101.508,08	104.756,34	108.108,54	111.351,79	
4.0.00.00.00	4.726.576,82	4.695.574,08	5.125.261,96	5.289.270,35	5.458.326,98	5.622.282,80	
4.4.00.00.00	4.317.973,27	4.281.091,41	4.632.341,30	4.780.576,23	4.933.554,65	5.081.561,30	
4.4.70.00.00	22.249,51	6.832,01	14.766,47	15.239,00	15.726,64	16.198,44	
4.4.71.00.00	22.249,51	6.832,01	14.766,47	15.239,00	15.726,64	16.198,44	
4.4.71.70.00	22.249,51	6.832,01	14.766,47	15.239,00	15.726,64	16.198,44	
4.4.90.00.00	4.295.723,76	4.274.259,40	4.617.574,83	4.785.337,23	4.917.828,01	5.065.362,86	
4.4.90.51.00	1.562.303,91	2.269.904,97	4.088.087,70	4.218.906,51	4.353.911,51	4.484.528,86	
4.4.90.52.00	2.337.374,67	1.960.399,61	529.487,13	546.430,72	563.916,50	580.834,00	
4.4.90.61.00	396.045,18	43.954,82	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.6.00.00.00	408.603,55	414.482,67	492.920,66	508.694,12	524.972,33	540.721,50	
4.6.90.00.00	408.603,55	414.482,67	492.920,66	508.694,12	524.972,33	540.721,50	
4.6.90.71.00	408.603,55	414.482,67	492.920,66	508.694,12	524.972,33	540.721,50	
9.0.00.00.00	0,00	0,00	707.086,24	729.713,00	753.063,82	775.655,73	
9.9.00.00.00	0,00	0,00	707.086,24	729.713,00	753.063,82	775.655,73	
9.9.99.00.00	0,00	0,00	707.086,24	729.713,00	753.063,82	775.655,73	
9.9.99.99.00	64.916.883,56	62.297.702,76	72.186.035,48	74.500.000,00	76.900.000,00	79.200.000,00	

Wilson Correia Alves Afonso de Carvalho  
 Prefeito Municipal  
 CPF: 522.977.846-34

Willson Correia Alves Afonso de Carvalho  
 Prefeito Municipal  
 CPF: 522.977.846-34

Josele Cristina da Silva  
 Assessor de Contabilidade 119423/O-5  
 Contadora - CRC-MG 119.423/O-5  
 Profissional habilitado para atuar em Campinas/MG

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Demonstrativo I - Metas Anuais**



AMF - TABELA 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

Página: 1 de 1

EXERCÍCIO: - 2025

ESPECIFICAÇÃO	2025			2026			2027		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a)	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante (b)	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c)	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	74.500.000,00	72.189.922,48	0,008	76.900.000,00	72.206.572,77	0,008	79.200.000,00	72.196.900,63	0,008
Receita Primária (I)	73.571.200,00	71.289.922,48	0,008	75.941.478,40	71.306.552,48	0,008	78.212.722,75	71.296.921,37	0,008
Despesa Total	74.500.000,00	72.189.922,48	0,008	76.900.000,00	72.206.572,77	0,008	79.200.000,00	72.196.900,63	0,008
Despesa Primária (II)	73.897.791,97	71.606.387,56	0,008	76.278.521,32	71.623.024,71	0,008	78.559.876,96	71.613.379,17	0,008
Resultado Primária (III) = (I - II)	-326.591,97	-316.465,08	0,000	-337.042,92	-316.472,22	0,000	-347.154,21	-316.457,80	0,000
Resultado Nominal	-918.265,20	-889.791,86	0,000	-762.837,93	-716.279,74	0,000	-601.269,47	-548.103,43	0,000
Divida Pública Consolidada	5.519.362,19	5.348.219,17	0,001	5.880.793,54	5.521.871,86	0,001	6.241.670,94	5.689.763,84	0,001
Divida Consolidada Líquida	-16.992.255,78	-16.465.364,12	-0,002	-17.351.196,21	-16.292.203,01	-0,002	-17.687.278,50	-16.123.316,77	-0,002

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2025	2026	2027
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	3,20	3,20	3,20
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	961.000.000,00	977.000.000,00	993.000.000,00
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:			
2025	2026	2027	
Valor Corrente / 1.0320	Valor Corrente / 1.0650	Valor Corrente / 1.0970	

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
Preg. 2025/2026  
CPF: 522.977.649-34

Assessor de Contabilidade

Joséelle Cristina da Silva

Assessor de Contabilidade 119423/O5  
Assessor de Contabilidade - CRC/MG 119.423/O-5

Joséelle Cristina da Silva  
Preferencial  
Preg. 2025/2026  
CPF: 522.977.649-34

Joselaine Góes

Assessor de Contabilidade 119423/O5  
Assessor de Contabilidade - CRC/MG 119.423/O-5  
Preferencial  
Preg. 2025/2026  
CPF: 522.977.649-34



**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**



AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

**Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

EXERCÍCIO: - 2025

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS			METAS REALIZADAS			VARIAÇÕES	
	2023	% PIB	% RCL	2023	% PIB	% RCL	VALOR	%
Receita Total	55.144.970,74	0,0066	100,8181	64.303.822,79	0,0078	117,5626	9.158.846,05	16,6087
Receita Primária (I)	55.091.848,49	0,0066	100,7210	61.731.089,23	0,0074	112,8951	6.639.240,74	12,0512
Despesa Total	55.144.976,74	0,0066	100,8181	62.297.702,76	0,0075	113,8950	7.152.726,02	12,9708
Despesa Primária (II)	54.595.351,74	0,0066	99,8132	61.789.580,75	0,0074	112,9660	7.194.229,01	13,1774
Resultado Primária (III) = (I - II)	496.496,75	0,0000	0,9077	-58,491,52	0,0003	-0,1069	-554.988,27	-111.7808
Resultado Nominal	2.014.875,17	0,0002	3.6837	179.081,16	0,0000	0,3274	-1.835.794,01	-91.1120
Dívida Pública Consolidada	4.783.254,87	0,0006	8.7449	-5.169.138,02	-0,0006	-9.4504	-9.952.392,89	-208.0674
Dívida Consolidada Líquida	-14.840.848,69	-0,0018	-27.1326	16.644.445,29	0,0020	30.4300	31.485.293,98	-212.1529

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho

Prefeito Municipal

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
 Prefeitura Municipal  
 CPF: 522.977.646-34

Joselie Cristina da Silva

Assessora de Contabilidade

Assessor de Contabilidade 1194210-6  
 Contratada - CFC-MG 119.423/O-S  
 E-mail: [joselie.silva@mlc.mt.gov.br](mailto:joselie.silva@mlc.mt.gov.br)  
 Projeto Mato Grosso



Município de Martinho Campos  
Estado de Minas Gerais  
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Página: 1 de 1

LDO 2025

## EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Resultado Acumulado	58.880.012,74	100,00	51.396.470,66	100,00	42.638.267,54	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>58.880.012,74</b>	<b>100,00</b>	<b>51.396.470,66</b>	<b>100,00</b>	<b>42.638.267,54</b>	<b>100,00</b>

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho

Prefeito Municipal

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho

Prefeito Municipal

CPF: 522.977.846-34

Joselle Cristina da Silva

Contadora - CRC-MG 119.423/O-S

Joselle Cristina da Silva

Assessor de Contabilidade 119423/O-5



## ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo 5(LRF, art.4º,§2º,Inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2023 (a)	2022 (b)	2021 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	420.106,98	464,84	104,44
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	397.200,00		
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS			
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS			
Rendimentos de Aplicações Financeiras	22.906,98	464,84	104,44

DESPESAS EXECUTADAS	2023 (d)	2022 (e)	2021 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DOS ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
INVESTIMENTOS			
INVERSÕES FINANCEIRAS			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

SALDO FINANCEIRO	2023 (g)=((Ia-IId)+IIIf)	2022 (h)=((Ib-IIe)+IIIi)	2021 (i)=((Ic-IIf))
VALOR (III)	420.676,26	569,28	104,44

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho

Prefeito Municipal

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.846-34

Joselle Cristina da Silva

Contadora - CRC-MG 119.423/O-5  
Assessor de Contabilidade 119423/O-5

Joselle Cristina da Silva

Contadora - CRC-MG 119.423/O-5

Assessor de Contabilidade 119423/O-5



AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

Município de Martinho Campos  
Estado de Minas Gerais

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Página: 1 de 1

EXERCÍCIO: - 2025

### **Não existe previsão de renúncia de receita para os próximos exercícios**

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal

Joselle Cristina da Silva  
Assessor de Contabilidade 1194290-5  
P.R.C.: 1194290-5  
Endereço: Rua Antônio Maranhão Campos/38/G

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal

CPF: 522.977.646-34

Joselle Cristina da Silva  
Assessor de Contabilidade 1194290-5  
P.R.C.: 1194290-5  
Endereço: Rua Antônio Maranhão Campos/38/G

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal

CPF: 522.977.646-34

**Município de Martinho Campos****Estado de Minas Gerais****Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórios de Caráter Continuado**

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EXERCÍCIO: - 2025

EVENTOS	Valor Previsto para 2025
Aumento Permanente da Receita	2.639.212,52
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	325.248,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	2.313.964,52
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.313.964,52
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOPCC(V) = (III-IV)	2.313.964,52

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.846-34

Joselle Cristina da Silva

Assessor de Contabilidade 119423/Q-5  
Joselle Cristina da Silva  
Contadora - CRC-MG 119.423/O-5  
Pref. Munic. Martinho Campos/MG

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**



AMF (LRF, art. 4º, § 3º)

Entidade : Prefeitura Municipal de Martinho Campos

Risco .....: Demandas Judiciais  
Providência  
Demandas Judiciais

EXERCÍCIO: - 2025

Página: 1 de 1  
351.000,25

Total das Providências

351.000,25

Risco .....: Demandas Judiciais

Valor .....: 351.000,25

Providência

351.000,25

Demandas Judiciais

351.000,25

Wilson Corrêa Alves Almeida de Carvalho  
Prefeito Municipal

Joséelle Cristina da Silva  
Assessor de Contabilidade 119423/O-5  
Contabilidade - CRC/MG 119.423/O-5  
Dr. José Sarto, Martinho Campos/RN  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34

Joselle Cristina da Silva  
Assessor de Contabilidade 119423/O-5  
Contabilidade - CRC/MG 119.423/O-5  
Dr. José Sarto, Martinho Campos/RN



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

**Programa : 001 - PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL**

**Objetivo :** Legislar sobre matéria legislativa de competência do Município, examinar, acompanhar e fiscalizar a execução das políticas públicas promovendo a divulgação de seus trabalhos.

ACÃO	DESCRIÇÃO
1001	CONSTRUCAO/AMPLIACAO DE PREDIOS
1002	AQUISICAO DE VEICULOS, EQUIP. E MAT. PER
4001	MANUTENCAO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
4002	MANUTENCAO DE VEICULOS
4003	MANUTENCAO DE SERVICOS TECNICOS
4004	MANUTENCAO DO CORPO LEGISLATIVO
4005	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PREDIOS
4006	HOMENAGENS, RECEPCOES E FESTIVIDADES
4007	OBRIGACOES PREVIDENCIARIAS E SOCIAIS
4008	Modernização da Infraestrutura Física do Poder Legislativo Municipal
4009	Execução da Atividade Institucional do Poder Legislativo Municipal

Wilson Correia Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34  
  
Josele Cristina da Silva  
Coordenadora - CRC-MG 119.413-9  
  
Zé do Sítio, Martinho Campos/MG



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Programa : 002 - REPRESENTACAO POLITICA SOCIAL EXECUTIVO

Objetivo : Representar o Município de Martinho Campos e os seus cidadãos em atividades políticas e sociais que visem o interesse público, estabelecer convênios e parcerias com organismos governamentais e não

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2001	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

José Luiz Costa da Silva  
Coronel - CEMG 114.423/QC  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34

Wilson Correia Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Programa : 020 - APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Objetivo :** Desenvolver atividades de suporte à consecução de políticas públicas dos órgãos e entidades governamentais, em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser disponibilizado

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2002	MNT ATIVIDADES DOS SERV.ADMINISTRATIVOS
2003	MNT CONVENIO AMM - ASSOC.MINEIRA MUNICIP
2004	MNT. CONVÊNIO CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONA
2006	Atividades de Desenvolvimento de Recursos Humanos
2009	MANUT.PROVENTOS INATIVOS E PENSIONISTAS
2011	MANUT. ATIVIDADES SECRETARIA FINANÇAS
2012	CONTRIBUICAO PARA PASEP
2087	MNT ATIVIDADES SECRETARIA MUNIC. GOVERNO
2089	MNT ATIVIDADES SECRETARIA ATIVIDADES JUR
2090	MNT ATIVIDADES SEC. PLANEJAMENTO E GESTÃO
2092	Mantenção das Atividades de Tributação e Fiscalização
2124	Rateio - Contrato de Rateio - Gestão do ICISMEP
2129	Contrato de Rateio - CIMGEP
2131	Gestão de Parcerias com o Estado

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

**Município de Martinho Campos  
Estado de Minas Gerais  
Metas e Prioridades para o Exercício**

  
**Wilson Correia Alves Afonso de Carvalho**  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.045-34

  
**José Roberto da Silva**  
Contador - CRC-MG 119.423/0-5  
Trabalho, Maturidade, Compromisso!



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

**Programa : 021 - MODERNIZAÇÃO, DESBUROCRATIZAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

**Objetivo :** Implementar rotinas, sistemas, tecnologias e capacitar servidores em competências gerenciais necessárias para dotar a administração pública municipal de capacidade institucional adequada para ofertar

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2005	Atualização e Manutenção do Cadastro Territorial Multifinalitário
2093	PROGRAMA DE MODERN. DA ADM. TRIBUTARIA P

  
**Joselie Oliveira da Silva**  
Contadora - CFC/GG 119.423/O-S  
Pró-Reitora Financeira  
CPF: 22.231.046-34

  
**William Corrêa Alves de Carvalho**  
Praça das Artes, 1000 - Centro  
CPF: 22.231.046-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Programa : 022 - GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Objetivo : Gerir a rede municipal de educação de forma eficiente, com transparência e foco na oferta de políticas educacionais de qualidade, eficazes e efetivas.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1004	Construção, Adaptação, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares
1005	Construção, Ampliação e Reforma de Quadras Esportivas
1006	Aquisição de Veículos para a Educação
2014	MANUT. ATIVIDADES SECRETARIA DE EDUCACAO
2015	MANUTENCAO CONVENIO COM UNDIME/MG
2133	Gestão da Infraestrutura Educacional

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 022 - GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Objetivo : Gerir a rede municipal de educação de forma eficiente, com transparência e foco na oferta de políticas educacionais de qualidade, eficazes e efetivas.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1004	Construção, Adaptação, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares
1005	Construção, Ampliação e Reforma de Quadras Esportivas
1006	Aquisição de Veículos para a Educação
2014	MANUT. ATIVIDADES SECRETARIA DE EDUCACAO
2015	MANUTENCAO CONVENIO COM UNDIME/MG
2133	Gestão da Infraestrutura Educacional

José Wilson Corrêa Alves Aponso de Carvalho  
Assessor da Sinfra  
Contratado - CNPJ: MG 119.423/0-5  
Prestitânea, Martinho Campos/MG  
CPF: 522.977.646-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 023 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Objetivo : Garantir a manutenção e o desenvolvimento da Educação Básica, conforme os níveis recomendados na rede pública municipal, de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, assim

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2016	Aquisição de Acervo Literário para as Bibliotecas Escolares
2019	Manutenção das Atividades de Aprimoramento dos Profissionais da Educação
2022	Manutenção das Atividades da Educação Básica
2023	Manutenção das Atividades do Ensino Médio
2024	Manutenção das Atividades da Educação Infantil

Josalle Oliveira da Silva  
Contadora - CFC-MG 119.423/05  
Eng. Zootec. Martinho Campos/MG

Wilson Carlos Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Programa : 024 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Objetivo : Ofertar alimentação escolar saudável e de qualidade e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica da rede municipal de ensino de Martinho Campos.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2021	Mantenção da Merenda Escolar

**Município de Martinho Campos  
Estado de Minas Gerais  
Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 024 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Objetivo : Ofertar alimentação escolar saudável e de qualidade e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica da rede municipal de ensino de Martinho Campos.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2021	Mantenção da Merenda Escolar

*W. A. Sá*  
José Ribeiro da Silva  
Cachorro - CEP: 35116-423/O-5  
Martinho Campos/MG  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34

*W. A. Sá*  
Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**

**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 025 - TRANSPORTE ESCOLAR

Objetivo : Ofertar transporte escolar seguro aos estudantes de todas as etapas da educação básica da rede municipal e estadual de educação residentes na zona rural; e, ainda, atuar de forma subsidiária no

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2017	Manutenção do Transporte Escolar
2018	Manutenção do Transporte Escolar para o Ensino Superior

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

José Luiz Carvalho da Cunha  
Contabilista - Crédito 0116.422.025  
Endereço: Rua das Flores, 100 - Centro - MG  
Wílson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeitura Municipal  
CPF: 522.977.846-34

Wílson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeitura Municipal  
CPF: 522.977.846-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Programa : 026 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Município de Martinho Campos  
Estado de Minas Gerais  
Metas e Prioridades para o Exercício

Objetivo : Ofertar com qualidade serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais à população em situação de vulnerabilidade social em Martinho Campos, na lógica do Sistema Único de Assistência

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1007	AQUIS.DE VEIC. P/PROGRAMAS ASSISTENCIAIS
2025	MANUT.ATIV.SECRET.DESENVOLVIMENTO SOCIAL
2026	MNT CONVENIO COGEMAS
2027	APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
2040	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO SUAS-IGDSUAS
2041	FORTALECIMENTO E CONTROLE SOCIAL DO SUAS

José Luiz Góes da Silva  
Gestor - Coordenador 119.422/0-5  
Pregão Eletrônico: 2670000 - Contrato/MFG  
CPF: 522.977.646-34

Wladimir Corrêa Alves Alfonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 027 - GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo : Ofertar serviços, benefícios, programas e projetos de Proteção Social Básica, com o objetivo de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1008	Construção e Reforma de CRAS
1009	Construção do Centro de Convivência
2042	SERVICOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
2043	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO PBF E CAD ÚNICO
2044	BENEFÍCIOS EVENTUAIS
2125	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO AUXÍLIO BRASIL E CAD ÚNICO

José Roberto Silveira  
Gestor - CE - Ano 119.0210.5  
Prefeito Municipal  
Município de Martinho Campos

William Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**

**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 026 - GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Objetivo : Garantir o acesso da população martinho-campense aos serviços de Proteção Social Especial, colaborando para a garantia de direitos e a manutenção (reconstituição) dos vínculos familiares e comunitários.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2045	SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Joselie da Silva  
Coordenadora - CPEC-MG 119.423/O-5  
Prefeitura Municipal de Martinho Campos/MG  
Fone: 322-977-646-34

Wílson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 029 - PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO

Objetivo : Formular estratégias intersetoriais em benefício de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias, priorizando a integração entre serviços, benefícios, programas e projetos para esse público, visando seu

AÇÃO	DESCRICAÇÃO
2032	Mantenção do Comitê Intersetorial Municipal pela Primeira Infância

Jocelino Alves de Carvalho  
Cidadão - CRCA/G 119 A12/O-5  
Prefeito Municipal de Martinho Campos/MG  
Fone: 3222-5000  
CPF: 522.977.646-34  
Wescon Correia Alves Abreu de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**

**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa :030 - PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Objetivo : Desenvolver ações de suporte às políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos crianças e adolescentes, adotando estratégias para o fortalecimento do controle social e a efetivação do Estatuto da

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2033	ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
2038	MNT ATIVIDADES DO CMDCA
2039	APOIO AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

*Wason Correia Alves Afonso de Carvalho*  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34

*José Ilde Fárcia da Silva*  
Contador - CRC-MG 119.423/Q-5  
Prefeito Municipal Martinho Campos/MG



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Programa : 031 - GARANTIA DE DIREITOS DOS IDOSOS**

**Objetivo :** Formular e implementar estratégias de participação, ocupação e convívio do idoso, proporcionando-lhe integração às demais gerações e criar estratégicas para defender os idosos da violação a seus direitos.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2027	APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
2028	Ações Permanentes de Promoção de Direitos do Idoso
2029	Maintença do Conselho Municipal de Direitos do Idoso

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Assinatura: Coronel Alves Afonso de Carvalho  
Prestador Municipal  
CPF: 522.977.646-34

Assinatura: José Luiz da Silva  
Contratado - CIC-ALG 119.423/0-5  
Prestador: Martinho Campos /



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

**Programa : 032 - GARANTIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**Objetivo :** Ofertar políticas públicas capazes de oferecer oportunidades de inclusão e promoção da pessoa com deficiência, atentando-se para a interterritorialidade, seu protagonismo e o fortalecimento dos vínculos

ACÇÃO	DESCRICAÇÃO
2027	APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
2030	Ações Permanentes de Promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência
2031	Mantenção das Atividades do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência

José Antônio da Costa  
Cozzani - CLCMG 119.423/0-5  
Prg. Sônia Mariana Cozzani/  
Prg. Sônia Mariana Cozzani/

Carmo Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.97.846-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 033 - ENFRENTAMENTO A SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGÊNCIA SOCIAL

Objetivo : Garantir ações suficientes e humanizadas de suporte às famílias martinho-campenses em situações de calamidade pública e emergência social.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2027	APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
2034	Ações de Enfrentamento à Situações de Calamidade Pública e Emergência Social
2035	Manutenção do Comitê de Enfrentamento à Situações de Calamidade Pública e Emergência Social

José Luiz da Silva  
Contador - CRÉM-G 116.923/0-5  
Prefeito, Martinho Campos / MG

Wanei Camilo Alves Afonso de Carvalho  
Prefeita Municipal  
CPF: 522.977.846-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 034 - DESENVOLVIMENTO URBANO E ACESSO À MORADIA ADEQUADA

Objetivo : Garantir o direito à cidade a todos os martinho-campenses e buscar meios para garantir o direito à moradia digna aos moradores de Martinho Campos que estejam em situação de vulnerabilidade social e

AÇÃO	DESCRÍÇÃO
1023	Construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social
1028	Elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Integrado
2036	Pré-cadastro para Famílias para Habitação de Interesse Social
2037	Mantenção das Atividades do Conselho Municipal de Habitação
2091	Regularização Fundiária Urbana

José de Oliveira da Silva  
Coordenador - CP 534/G 119.423/0-3  
Prefeitura Municipal de Martinho Campos/MG  
CPF: 522.977.646-34

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 035 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Objetivo : Elaborar, desenvolver e coordenar a Política Municipal de Assistência Farmacêutica, tendo em vista o acesso e o uso racional de medicamentos, de maneira articulada com as demais ações e serviços de

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1011	Reforma e Ampliação da Farmácia Municipal
2055	Mantenção da Assistência Farmacêutica

Wílio Carneiro Alves Álvares de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34

José Luiz Assis da Silva  
Contador - CMC-MG 118.123/O-5  
Fazenda Municipal Martinho Campos/MG



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

## Município de Martinho Campos

### Estado de Minas Gerais

### Metas e Prioridades para o Exercício

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 036 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo : Garantir, de forma sistemática, a coleta, consolidação, análise de dados e disseminação de informações acerca de eventos ligados à saúde visando o planejamento e a adoção de medidas de saúde

AÇÃO	DESCRÍCÃO
2063	Vigilância Sanitária
2064	Vigilância Epidemiológica
2065	Vigilância Ambiental e Controle de Endemias
2127	Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses

José Luiz Pereira da Silva  
Contador - CRCMG 119.423/045  
Fone: (31) 3402-5447 | Celular: (31) 98102-5447

Wilson Correia Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**

**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 037 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Objetivo : Gerir o Sistema Único de Saúde no Município de Martinho Campos, garantindo as ofertas em nível municipal conforme seus princípios constitutivos, e visando a eficiência, eficácia, efetividade e

AÇÃO	DESCRICAÇÃO
2046	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos
2047	Gestão de Insumos e Patrimônio
2048	Ouvidoria do SUS
2049	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saúde
2050	Concessão de Benefícios Assistenciais Vinculados à Saúde
2053	Apoio às Organizações da Sociedade Civil - OSC

José Teófilo Coimbra da Silva  
Centro - CIC - CG 119.423/0-5  
Projeto: Martinho Campos/MG

Wilson Correia Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.846-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 038 - GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

Objetivo : Ofertar, conforme os princípios constitutivos do Sistema Único de Saúde, ações e serviços públicos de atenção básica centrados na prevenção e na saúde da família no território.

ACÃO	DESCRIÇÃO
1012	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Básicas de Saúde
2053	Apoio às Organizações da Sociedade Civil - OSC
2056	MNT CONVENIO UFMG - INTERNATO RURAL
2057	Atenção à Saúde da Família

José Matheus da Silva  
Contador - CR/CEB/219.473/O-5  
Prefeito Municipal Martinho Campos/MG  
CPF: 522.977.846-34

Wieson Carneiro Alves Afonso de Campanho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.846-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 039 - GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Objetivo : Ofertar condições para o acesso dos cidadãos martinho campenses a ações e serviços de atenção especializada em saúde, conforme a lógica do Sistema Único de Saúde, em uma perspectiva de

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1013	Construção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS
2051	CONTRIBUICAO APAE
2052	CONTRIBUICAO ASILO
2054	Gestão das Atividades de Transporte para Tratamento Fora do Domicílio - TFD
2058	CONTR FUNDACAO HOSP AUREL CAMPOS BRANDAO
2060	PART CONTRATO RATEIO - CIS-URG OESTE
2061	MANUTENÇÃO CONTRATO RATEIO - ICISMEP
2062	Mantenção das Atividades Médicas e Ambulatoriais
2128	Atividades de Apoio ao Tratamento Fora do Domicílio - TFD

José Luiz da Silva  
Contador - CRC-MG 119.423/O-5  
Engenheiro Mecânico Campos/MG

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.846-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Programa : 040 - SAÚDE DA POPULAÇÃO INDÍGENA

Objetivo : Ofertar, conforme os princípios constitutivos do Sistema Único de Saúde, ações e serviços públicos de atenção básica centrados na prevenção e na saúde da família no território da Comunidade do Capão

AÇÃO	DESCRICAÇÃO
2059	Gestão dos Serviços de Saúde Indígena

**Município de Martinho Campos  
Estado de Minas Gerais  
Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Wilton Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34

José Lelis Cunha da Silva  
Contador - CRCC-MG 119.423/O-S  
E-mail: lelis.martinho.campos@micr



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

**Programa : 041 - FORTALECIMENTO E DIFUSÃO DA CULTURA**

**Objetivo :** Incentivar e promover ações de fortalecimento e difusão da cultura, reconhecendo-a como uma expressão simbólica, como um direito de cidadania e como potencial para o desenvolvimento econômico.

AÇÃO	DESCRICAÇÃO
2053	Apoio às Organizações da Sociedade Civil - OSC
2066	MANUTENCAO ATIVIDADES SECRETARIA CULTURA
2067	Pesquisas e Estudos na Área da Cultura
2068	Incentivo à Produção Cultural e Artística
2069	Mantenção das Atividades da Economia Criativa
2123	Fomento, Promoção e Democratização do Acesso à Cultura

Jeziel da Silva  
Contratada - CÓGIG 119.422/0-5  
Prefeitura de Martinho Campos/MG

Wilson Correia Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34

**Município de Martinho Campos****Estado de Minas Gerais****Metas e Prioridades para o Exercício**

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 042 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Objetivo : Construir, ampliar e/ou reformar edificações públicas destinadas a práticas culturais, visando oferecer infraestrutura adequada para a interação entre as diversas manifestações culturais e o público.

AÇÃO	DESCRÍCÃO
1014	Construção do Complexo Cultural Multieventos de Martinho Campos

Wílson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.846-34

José Luiz da Silva  
Contador - CFC/MG 119.423/0-S  
Fazenda, Mário e Campos/MG



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 044 - INCENTIVO À LEITURA E AO USO DA BIBLIOTECA

Objetivo : Incentivar e promover a democratização do acesso ao livro, fomentando a leitura e a formação de mediadores, assim como fomentar o uso da Biblioteca e de seu acervo.

AÇÃO	DESCRÍCÃO
2072	Manutenção das Atividades da Biblioteca Municipal

  
José da Silva  
Coordenador - CRBMG 119.423/QS  
Projeto: Nossa Cidade Cívica / MGF

  
Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

## Município de Martinho Campos

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 045 - VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Objetivo : Reconhecer, valorizar e preservar o patrimônio histórico e cultural martinho-campense, colaborando para a afirmação da identidade local e sua difusão no cenário municipal e regional.

AÇÃO	DESCRÍCÃO
1015	Intervenções de Conservação/Restauração de Bens Inventariados ou Tombados
2070	Ações Permanentes de Preservação e Diluição do Patrimônio Cultural
2071	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural
2073	Promoção de Eventos Culturais e Festas Tradicionais
2074	Educação Patrimonial

Joséle Oliveira da Silva  
Centro - CRC-MG 119.423/O-S  
Praça Antônio Mendes de Carvalho, Centro/MG

Wiana Corrêa Alves Abreu de Carvalho  
Prefeitura Municipal  
CPF: 522.977.846-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Programa : 046 - GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

Objetivo : Ofertar serviços públicos urbanos com eficiência, aumentando progressivamente a capacidade de atendimento dos serviços básicos para todo o território municipal, visando o ordenamento adequado e o

**Município de Martinho Campos  
Estado de Minas Gerais  
Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

AÇÃO	DESCRÍCÃO
1016	Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos
2010	Revitalização e Manutenção da Sinalização de Trânsito
2075	Manutenção das Atividades da Sec. Mun. de Obras e Serviços
2083	MNT.PART.CONSORCIO CONTR.RATERIO IL.PUB
2084	Manutenção do Serviço de Iluminação Pública

Joséle Oliveira da Silva  
Contadora - CRC/MG 119.423/O-S  
Proj.: Escritório Martinho Campos /MCF

William Comto Alves Alfonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.846-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**

**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 047 - GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Objetivo : Ofertar políticas públicas efetivas de saneamento básico, compreendendo o abastecimento de água tratada, a coleta e tratamento de esgoto, a limpeza urbana e a destinação correta dos resíduos sólidos

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1024	Construção de Galerias Pluviais e Redes de Drenagem em Vias Públicas
1025	Estruturação dos Sistemas de Água e Esgoto
2077	MNT CONSORCIO INTERM.P/ GERENC.RESID.SOL
2078	Manutenção da Rede de Coleta de Esgoto e Tratamento e Abastecimento de Água
2079	Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública
2080	Manutenção e Conservação do Aterro Controlado de Resíduos Sólidos
2081	Apoio às Organizações da Sociedade Civil - Saneamento Básico
2082	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saneamento Básico
2134	Gestão do Saneamento Básico Urbano e Limpeza Pública

José Luiz da Silva  
Centro - CRM-MG 119.422/0  
Engenheiro Civil, Mestrado, Consultor

Wladimir Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



(art. 165<sup>º</sup>, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 048 - INFRAESTRUTURA ADEQUADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE MARTINHO CAMPOS

Objetivo : Promover, conforme a capacidade técnica e orçamentária, melhorias na infraestrutura do Município de Martinho Campos que possibilitem o desenvolvimento econômico e social, procurando estabelecer

AÇÃO	DESCRÍÇÃO
1003	Construção do Centro Administrativo de Martinho Campos
1017	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos
1018	Construção do Terminal Rodoviário
1019	Construção e Reforma de Praças nos Distritos e Povoados
1020	Pavimentação na Sede, Distritos e Povoados
1021	Revitalização do Centro
1022	Construção do Anel Rodoviário
1026	Extensão de Rede de Energia Elétrica
1027	Implantação e Revitalização de Pontos de Iluminação Pública
1032	Reforma da Praça Governador Valadares (Praça da Matriz)
2076	Conservação e Melhoria das Estradas Vicinais
2132	Gestão da Infraestrutura Urbana e Rural

José Alves da Silva  
Gestor - CFC/CIC 119.423/O-3  
Prefeito, Município de Martinho Campos/MG  
Data: 25/03/2025

Weslton Carneiro Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

## Município de Martinho Campos

### Estado de Minas Gerais

### Metas e Prioridades para o Exercício

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 049 - CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

Objetivo : Consolidar mecanismos adequados de controle interno e transparência capazes de garantir o uso correto do dinheiro público e a aplicação em políticas públicas pautadas na eficiência, na eficácia, na

AÇÃO	DESCRÍCÃO
2085	MNT ATIVIDADES CONTROLADORIA GERAL
2086	MNT DEPARTAMENTO OUVIDORIA GERAL

José Luiz Oliveira da Silva  
Contador - CRF-MG 119.423/0-5  
Engenheiro Civil, Mestrado em Engenharia  
Especialista em Gestão Pública

William Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.846-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 050 - ESPORTE E LAZER

Objetivo : Fomentar o desenvolvimento de atividades físicas, esportivas e de lazer no Município de Martinho Campos, contribuindo para a redução da vulnerabilidade social, a melhoria da qualidade de vida da

AÇÃO	DESCRICAÇÃO
1029	Aquisição de Veículos para o Esporte e Lazer
2094	Manutenção das Atividades do Departamento de Esportes
2095	Apoio aos Jogos do Interior de Minas - JIMI
2096	Apoio aos Jogos Escolares de Martinho Campos
2097	Apoio aos Jogos Escolares de Minas Gerais
2098	Apoio às Organizações da Sociedade Civil - Esportes e Lazer
2099	Manutenção dos Espaços Esportivos Municipais
2100	Apoio à Prática de Esportes
2101	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Esportes e Lazer

José Luiz da Silva  
Contador - CFC/MG 116.423/Q-S  
Prefeito Municipal - Conselheiro Lafaiete  
CPF: 522.977.646-34

Henrique Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

## Município de Martinho Campos

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

### Programa : 051 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS

Objetivo : Garantir, conforme capacidade técnica e orçamentária disponíveis, infraestrutura adequada para a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer em todos os núcleos urbanos do território municipal.

AÇÃO	DESCRÍCÃO
1030	Construção/Implantação de Academias ao Ar Livre
1031	Construção/Reformas de Espaços Esportivos e de Lazer

Wesley Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 572.977.846-34

José Luiz Crisanto da Silva  
Contador - CRZ-MG 116.423/O-5  
P.R.: Mestrado, Mestrado, Crisanto/MG



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

## Município de Martinho Campos

### Estado de Minas Gerais

### Metas e Prioridades para o Exercício

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 052 - PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO DO TURISMO EM MARTINHO CAMPOS

Objetivo : Fomentar o desenvolvimento do potencial turístico do Município de Martinho Campos, através de políticas públicas de reconhecimento e difusão de ativos turísticos presentes no território, organizando sua

AÇÃO	DESCRÍÇÃO
1033	Construção do Parque Ecológico Lagoa dos Buritis
2102	Manutenção das Atividades do Departamento de Turismo
2103	APOIO A EVENTOS TURÍSTICOS NO MUNICÍPIO
2104	Participação em Associação de Governança Regional do Turismo
2105	Atividades de Estudos, Registro e Difusão relacionadas ao Turismo
2106	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal do Turismo
2107	Apoio às Organizações da Sociedade Civil - Turismo

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34

José Luiz da Silva  
Contador - CRF-MG 119.423/O-S  
Preg. Nogueira, Martinho Campos/MG



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 053 - **GESTÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL**

Objetivo : Desenvolver políticas públicas para o fomento das atividades agroindustriais em Martinho Campos, através de parcerias com os demais níveis de governo, instituições de assistência técnica e a sociedade

AÇÃO	DESCRÍÇÃO
2053	Apoio às Organizações da Sociedade Civil - OSC
2108	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
2117	MNT. SECRET.MUN.AGRO.P.MEIO.AMB.IND. E CO
2118	Manutenção do Convênio com o IMA
2119	Manutenção do Convênio com o IEF
2120	CONVENIO EMATER
2121	Promoção de Feiras, Cursos e Eventos Agroindustriais
2126	Manutenção da Participação no Consórcio-CISICOM

José Roberto da Silva  
Gestor - GECAG 119.42/O-5  
Martinho Campos/MG  
2025

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.846-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Município de Martinho Campos  
Estado de Minas Gerais  
Metas e Prioridades para o Exercício

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

**Programa : 054 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**Objetivo :** Promover atividades que visem à preservação, conservação, recuperação e proteção da diversidade biológica, vegetal e animal, e colaborar na manutenção do equilíbrio ecológico dos ecossistemas

AÇÃO	DESCRICAÇÃO
2109	MANUTENCAO DE PRACAS,JARDINS E PARQUES
2110	PROGRAMA DE ARBORIZACAO RUAS E AVENIDAS
2111	Promoção de Atividades de Educação Ambiental
2112	Manutenção das Atividades do CODEMA

José Roberto da Silva  
Gestor da CMC-MG 119.023/O-S  
Prefeitura Municipal de Martinho Campos/MG

Wanei Corrêa Alves Alfonso de Carvalho  
Prefeita Municipal  
CPF: 522.977.846-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

## Município de Martinho Campos

### Estado de Minas Gerais

### Metas e Prioridades para o Exercício

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 055 - BEM-ESTAR ANIMAL

Objetivo : Promover o bem-estar animal, progressivamente através de medidas de regulação, fiscalização, controle, educação e conscientização, com vistas a proporcionar qualidade de vida para os animais

AÇÃO	DESCRÍÇÃO
2113	Atividades de Registro, Cadastroamento e Identificação de Animais Domésticos
2114	Ações de Controle de Natalidade de Animais Domésticos
2115	Ações de Educação e Conscientização para o Bem-Estar Animal
2116	Mantenção das Atividades do Conselho Municipal de Bem-Estar Animal

Wílson Carneiro Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34

José Luiz da Silva  
Cestador - CR. Celi G 119.422/O-S  
Portaria: 001/2024/MG  
Pefaz/Secretaria Municipal de Saúde/MG

AK



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

**Programa : 056 - ENFRENTAMENTO À COVID-19**

**Objetivo** : Realizar ações de prevenção e controle da disseminação da Covid-19, campanhas de conscientização, ações de fiscalização, distribuição de equipamentos de proteção individual para profissionais que

AÇÃO	DESCRICAÇÃO
1010	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS COVID-19
2020	MANUT. ATIVIDADES ENFRENTAMENTO COVID-19

1010 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS COVID-19

2020 MANUT. ATIVIDADES ENFRENTAMENTO COVID-19

Wílioon Corrêa Alves Alfonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34

José Luiz de Souza e Silva  
Contador - CFC-MG 119.023/Q-5  
Contador da Prefeitura Municipal de Martinho Campos/MG



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Programa : 057 - SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo : Zelar pelo bem-estar dos cidadãos através de ações de suporte às políticas estaduais de Segurança Pública desenvolvida no Município de Martinho Campos, assim como garantir a segurança patrimonial e

**Município de Martinho Campos  
Estado de Minas Gerais  
Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

AÇÃO	DESCRÍCÃO
2007	MANUTENCAO CONVENIO POLICIA MILITAR
2008	MANUTENCAO CONVENIO POLICIA CIVIL

José de Oliveira da Silva  
Gestor - CR 266G 119.422/0-5  
Pregão Eletrônico Municipal  
Município de Martinho Campos / MG

William Correia Alves Alfonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.646-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Programa : 061 - ACAO JUDICARIA

Objetivo : .

AÇÃO

2088 PRECATORIOS JUDICIAIS

**Município de Martinho Campos**

**Estado de Minas Gerais**

**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

José de Oliveira da Silva  
Contador - C.R.C/MG 119.422-0-5  
Mun. de Martinho Campos/MG  
2025

Weslton Carvalho Alves Alves de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.846-34



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

**Município de Martinho Campos**

**Estado de Minas Gerais**

**Metas e Prioridades para o Exercício**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : 999 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Objetivo : Garantir recursos para abertura de créditos adicionais, tendo em conta o atendimento de passivos fiscais contingentes e outros riscos e eventos imprevistos, conferindo uma margem de segurança para o

AÇÃO	DESCRÍCÃO
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho

Willem Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prestador Municipal

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
Prefeito Municipal  
CPF: 522.977.846-34

José Luiz Cristina da Silva  
Assessor de Contabilidade 119423/0-5  
Contador - CFC-BG 119423/0-5  
Prefeito Municipal - CFC-BG 119423/0-5

José Luiz Cristina da Silva

Assessor de Contabilidade 119423/0-5  
Contador - CFC-BG 119423/0-5  
Prefeito Municipal - CFC-BG 119423/0-5



**Município de Martinho Campos**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais**

Página: 1 de 2

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2025

<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	60.190.306,74	0,00
2023	57.602.128,68	-4,30
2024	66.353.687,28	15,19
2025	68.481.016,65	3,21
2026	70.688.409,20	3,22
2027	72.802.061,47	2,99

<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	28.374.401,26	0,00
2023	31.229.735,04	10,06
2024	33.016.591,74	5,72
2025	34.077.134,05	3,21
2026	35.183.602,36	3,25
2027	36.232.110,44	2,98

<b>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	86.337,62	0,00
2023	93.639,34	8,46
2024	90.614,25	-3,23
2025	93.513,91	3,20
2026	96.506,35	3,20
2027	99.401,54	3,00

<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	31.729.567,86	0,00
2023	26.278.754,30	-17,18
2024	33.246.481,29	26,51
2025	34.310.368,69	3,20
2026	35.408.300,49	3,20
2027	36.470.549,49	3,00

<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	4.726.576,82	0,00
2023	4.695.574,08	-0,66
2024	5.125.261,96	9,15
2025	5.289.270,35	3,20
2026	5.458.526,98	3,20
2027	5.622.282,80	3,00

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho  
 Prefeito Municipal  
 CPF: 522.977.646-34

  
 Josicle Cristina da Silva  
 Contadora - CR/CE/MG 119.423/O-5  
 Fazenda Pública Municipal de Martinho Campos/MG



**Município de Martinho Campos**

**Estado de Minas Gerais**

**Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais**

Página: 2 de 2

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2025

<b>INVESTIMENTOS</b>		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	4.317.973,27	0,00
2023	4.281.091,41	-0,85
2024	4.632.341,30	8,20
2025	4.780.576,23	3,20
2026	4.933.554,65	3,20
2027	5.081.561,30	3,00

<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA</b>		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	408.603,55	0,00
2023	414.482,67	1,44
2024	492.920,66	18,92
2025	508.694,12	3,20
2026	524.972,33	3,20
2027	540.721,50	3,00

<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS</b>		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00
2024	707.086,24	0,00
2025	729.713,00	3,20
2026	753.063,82	3,20
2027	775.655,73	3,00

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho

Prefeito Municipal

Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho

Prefeito Municipal

CPF: 522.977.646-34

Joselle Cristina da Silva

Assessor de Contabilidade 119423/O-5

Joselle Cristina da Silva

Contadora - CRC-MG 119.423/O-5

2025 - Município de Martinho Campos/MG